

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.077, DE 2019

Dispõe sobre o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública a ser concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública e o concede à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Autor: Deputado JORGE SOLLA

Relator: Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame visa a criar o título de “Patrimônio Nacional da Saúde Pública”, destinado a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública.

Diz a proposição que tal título será outorgado às instituições que pratiquem atividades “de cunho técnico, científico, educacional, assistencial e de participação social de promoção, proteção e recuperação da saúde em âmbito público e comunitário, referência à garantia do direito à saúde” e, pelo direto efeito dessa mesma lei, concede-o à Fundação Oswaldo Cruz.

Diz, também, que as entidades detentoras desse título gozarão de preferência para participar de instâncias colegiadas, de forma não remunerada, de processos seletivos de compra de bens e serviços e de concessão de fomento social em sua área de atuação, atendidos os requisitos necessários, na obtenção de linhas de crédito público, em igualdade de condições, e na liberação, em igualdade de condições, de emendas

parlamentares que lhes tenham sido concedidas, na forma da legislação vigente.

Diz, por fim, que a concessão do título a outras instituições será feita mediante resolução legislativa.

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o projeto, nos termos do parecer do Relator, Deputado Alexandre Padilha.

Vem, agora, a proposição a esta CCJC para que se manifeste sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 54, I, do Regimento Interno.

A matéria tramita em regime ordinário e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

É relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria é da competência da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela manifestar-se em lei (art. 48, *caput*, da Constituição da República). Não há reserva de iniciativa.

Nada vejo no texto ora proposto que mereça crítica negativa desta Órgão Colegiado no que toca à constitucionalidade material e juridicidade, considerando que a proposição está em consonância com os princípios e regras do ordenamento constitucional e infraconstitucional.

Bem escrito, o projeto atende ao previsto na legislação complementar sobre elaboração, redação, alteração e consolidação de normas legais (LC nº 95/1998 e alterações posteriores), não merecendo reparos.

Assim, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 2.077/2019.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA
Relator

2019-19631